



**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

BOLETIM INFORMATIVO Nº 148

MARÇO DE 2009

No mês de Março de 2009, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu em Plenário nos dias 2 e 23 e em secções de classificação no dia 17, na sede da Procuradoria-Geral da República.

SESSÃO PLENÁRIA DE 23 DE MARÇO DE 2009

PRESENÇAS

Na sessão plenária de dia 23 de Março, presidida pelo Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Mário Gomes Dias, estiveram presentes os Senhores Membros do Conselho, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto José Pinto Nogueira, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. Euclides José Dâmaso Simões; Procuradores da República nos Círculos Judiciais de Setúbal e de Sintra, respectivamente, Drs. João Luís Bento Pena dos Reis e Paulo Eduardo Afonso Gonçalves; Procuradores-Adjuntos nas Comarcas de Coimbra, Tavira, no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa e de Oliveira de Azeméis, respectivamente, Drs. Raquel Maria Quaresma Francisco, Luís Manuel Maia Mota Carmo, João Paulo Anastácio Centeno e Edite Paula de Almeida Pinho; os Membros eleitos pela Assembleia da República,

Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva e Dr. António José Barradas Leitão.

Estiveram ausentes, com justificação prévia das faltas, os Exmos Senhores Drs. Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva, João José Garcia Correia e Ricardo Manuel Amaral Rodrigues e os Membros designados pelo Ministro da Justiça, Dr. Júlio Castro Caldas e Professora Doutora Maria Fernanda dos Santos Martins da Palma Pereira.

Secretariou a sessão o Senhor Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No início dos trabalhos o Senhor Dr. Euclides Dâmaso referiu que, tendo falecido subitamente, no passado dia 12 de Março, o Procurador da República António Luís Santos Alves, em comissão de serviço, na Unidade Eurojust, em Haia, propunha a aprovação de um voto de pesar.

Na sequência dessa proposta, e por unanimidade, o Conselho aprovou a deliberação seguinte:

«Faleceu subitamente, no decurso de uma reunião de trabalho, no passado dia 12, o Procurador da República António Luís Santos Alves, em comissão de serviço, na Unidade Eurojust, na Haia.

Dotado de invulgar dinamismo, farta experiência e saber e de uma cativante forma de relacionamento, era um profissional de quem muito havia ainda a esperar.

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão plenária de 23 de Março de 2009, expressa um voto de pesar pela sua morte e apresenta condolências

à sua viúva, também magistrada do Ministério Público, e restante família, bem como ao Presidente do Colégio Eurojust».

Mais se deliberou dar conhecimento desse voto de pesar à viúva do Magistrado, também ela Magistrada do Ministério Público, e ao Presidente do Colégio Eurojust, bem como proceder à sua divulgação no «*site*» do Procuradoria-Geral da República.

TABELA DA SESSÃO

COMARCAS-PILOTO

Nomeação em comissão de serviço, dos Procuradores-Gerais Adjuntos com funções de Direcção e Coordenação das comarcas piloto - Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste (artigo 90.º da Lei n.º 52/2008 de 28 de Agosto – Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, e artigo 60º do EMP na redacção introduzida por aquela Lei).

Depois de se ter assentado na metodologia a adoptar para a nomeação dos Procuradores-Gerais Adjuntos com funções de Direcção e Coordenação nas Comarcas Piloto Grande Lisboa Noroeste, Baixo Vouga e Alentejo Litoral, usaram da palavra para apresentação dos nomes a propor para coordenadores dessas Comarcas, respectiva e sucessivamente, os Senhores Drs. Francisca Van Dunem, Alberto Braga Temido e Luís Bilro Verão.

Para a Comarca da Grande Lisboa Noroeste e para a qual se apresentaram inicialmente dois candidatos (a Procuradora-Geral Adjunta Lic. **Maria Paula Corveira Figueiredo** e o Procurador-Geral Adjunto Lic. **José Alberto Varela Martins**) a Senhora Procuradora-Geral Distrital de Lisboa, Dra Francisca Van Dunem propôs

(informando que o Lic. Varela Martins tinha desistido) a Senhora Procuradora–Geral Adjunta Lic. **Maria Paula Figueiredo**, fazendo referência ao seu currículo profissional, destacando os seus 32 anos de serviço na Magistratura e o exercício de funções no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, no Tribunal do Trabalho de Lisboa, bem como há cerca de 11 anos, no Tribunal da Relação de Lisboa; a circunstância de estar encarregue, ao nível da PGD de Lisboa, pela supervisão dos Círculos Judiciais de Almada e do Barreiro e, ainda, as suas classificações de serviço das quais, as duas últimas, de mérito (MB em 1988 e MB em 1995).

Realizada a votação, por voto secreto, apuram-se **11** votos a favor do nome proposto e **2** votos em branco.

Para a Comarca do Baixo Vouga o Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra prestou o Conselho uma informação e indicou, pelas razões constates dessa informação, os seguintes nomes:

Procuradora-Geral Adjunta Lic. **Maria José Valente Melo Bandeira**, Procurador da República Lic. **Vítor Manuel Moreira Machado** e Procurador da República Lic. **Francisco Valério Pinto**.

Realizada a votação, por voto secreto, a Lic. Maria José Valente Melo Bandeira obteve a maioria de **7 (sete)** votos;

Para a Comarca do Alentejo Litoral, o Senhor Procurador-Geral Distrital de Évora referiu que apresentava os nomes do Procurador da República Lic. **João Luís Bento Pena dos Reis** e do Procurador-Geral Adjunto Lic. **Joaquim Baltazar Pinto**, sublinhando que, quanto a este último, embora só tenha tido conhecimento da sua disponibilidade já no decurso da reunião, a aceitou.

Depois do Conselho ter debatido sucintamente o assunto relacionado com a referida disponibilidade, tendo usado da palavra a propósito disso, os Senhores Drs. Euclides Dâmaso, Pinto Nogueira, Bilro Verão, Paulo Gonçalves, Francisca Van Dunem e Barradas Leitão, foi entendido que nada obstará a essa manifestação de

disponibilidade para o cargo, pese embora, só ter sido apresentada no decurso da sessão a sua aceitação.

Assim, e depois do Exmo Senhor Procurador-Geral Distrital de Évora, Dr. Bilro Verão ter referido os currículos profissionais de cada um dos nomes propostos, sublinhando quanto ao Procurador da República Lic. **Pena dos Reis** que o mesmo se encontra a exercer funções no Círculo de Setúbal desde 1996, onde exerceu funções de coordenação durante longo tempo e remetendo, quanto ao Procurador-Geral Adjunto Lic. **Baltazar Pinto**, para o que consta do documento acima referido, procedeu-se à votação, por voto secreto, tendo sido apurados que o Lic. João Luís Bento Pena dos Reis obteve a maioria de votos (**12** votos);

Não participou nesta votação o Dr. João Luís Bento Pena dos Reis. -----

Apurados os resultados acima referidos o Conselho deliberou nomear Coordenadoras para as Comarcas Grande Lisboa Noroeste a Procuradora-Geral Adjunta Lic. **Maria Paula Corveira Gonçalves de Figueiredo** e para a Comarca do Baixo Vouga a Procuradora-Geral Adjunta Lic. **Maria José Valente Melo Bandeira**.

Relativamente ao Coordenador da Comarca do Alentejo Litoral, e em conformidade com a metodologia inicialmente aprovada, o Conselho deliberou proceder à sua nomeação aquando da aprovação do movimento prevista para 2 de Abril.

COMISSÕES DE SERVIÇO

1. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. **José Marques Rodrigues** vem exercendo como Inspector do Ministério Público.

O Conselho deliberou renovar, com a abstenção dos Senhores Drs. Pinto Nogueira, Paulo Gonçalves e Raquel Francisco e o voto contra do Senhor Dr. Pena dos Reis.

2. Renovação da comissão de serviço, por mais 1 ano, que o Procurador–Adjunto Lic. **Bernardo Casimiro Fernandes**, vem exercendo em Timor-Leste.

Relator: Dr. Paulo Gonçalves.

O Conselho deliberou autorizar a renovação por mais um ano.

NOMEAÇÕES

1. Proposta de revisão da Lei Tutelar Educativa – ratificação da designação da Procuradora da República Lic. **Isabel Maria Lopes Jordão** para participar no Grupo de Trabalho.

O Conselho deliberou ratificar.

2. Proposta de nomeação do Procurador da República Lic. **Luís Fernando Barateiro Afonso**, como Coordenador no Círculo Judicial do Funchal.

O Conselho deliberou nomear, com a abstenção do Senhor Dr. Paulo Gonçalves que apresentou declaração de voto.

ESTÁGIOS

Complemento do relatório final do estágio relativo ao Lic. **Miguel Ferreira da Costa Aguiar Cardoso**, Procurador-Adjunto.

O Conselho decidiu ser de manter a anterior deliberação (de 26 de Fevereiro de 2009) e assim, prorrogar o estágio até 15 de Julho de 2009.

PROCESSOS DISCIPLINARES

1. Execução da pena de «*Aposentação Compulsiva*» aplicada a Procurador da República, por acórdão de 16 de Dezembro de 2008.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou determinar a suspensão imediata da execução da pena de *inactividade por 12 meses*, e determinar que seja dada execução à pena de *Aposentação Compulsiva*, cuja execução prejudica o cumprimento da pena prevista na alínea anterior.

2. Reclamação apresentada por Procurador-Adjunto do acórdão da Secção Disciplinar de 17 de Fevereiro de 2009.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou redistribuir o processo ao Senhor Dr. Pinto Nogueira.

RECLAMAÇÕES

Reclamação apresentada por Procurador-Adjunto do acórdão de 21/05/2008 em que lhe foi atribuída a classificação de Bom.

Relator: Dr. **Pinto Nogueira**.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação e manter a classificação de Bom.

O Senhor Dr. Pena dos Reis votou a classificação de Bom Com Distinção.

REQUERIMENTOS E EXPOSIÇÕES

1. Requerimento subscrito por *José Manuel Pereira Rodrigues* relacionada com a deliberação do CSMP de 29/11/2006.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou deferir o pedido de passagem de certidão, nos termos do artigo 61º do CPA.

2. Participação apresentada por *José dos Santos Fernandes*, relacionada com a actuação de Magistrados do Ministério Público na Comarca do Seixal.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou arquivar a participação por não serem alegados factos susceptíveis de justificarem a instauração de procedimento disciplinar ou qualquer outra intervenção do Conselho Superior do Ministério Público.

3. Exposição subscrita por *Pedro José Almeida Fernandes*.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou arquivar o processo, considerando não existir qualquer indício susceptível de procedimento disciplinar, por parte de magistrados do Ministério Público.

LISTAS DE ANTIGUIDADE

Aprovação das Lista de Antiguidade de Magistrados do Ministério Público, reportada a 31/12/2008.

O Conselho deliberou aprovar.

RECURSO DE DECISÕES DO COJ

1. Proc.º n.º 12/2008 – FJ - Recurso apresentado pela técnica de justiça principal no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, **Maria Alice Sanches Martinho Pequito** (proc.º n.º 248-ORD/07-COJ).

Relator: Dr. Paulo Gonçalves.

O Conselho deliberou dar provimento ao recurso e atribuir-lhe a classificação de Muito Bom.

2. Proc.º nº 17/2008 – FJ - Recurso apresentado pelo técnico de justiça auxiliar no Tribunal Judicial de Albufeira, **Fernando Ramos Pinto Osório** (proc.º de inspecção n.º 98-ORD/08-COJ).

Relator: Dr. Paulo Gonçalves.

O Conselho deliberou negar provimento ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida.

INSPECÇÕES

Comunicação do Exmo Senhor Inspector do Ministério Público Dr. *Eduardo Loureiro*, relativa a Procurador-Adjunto na Comarca de Almada.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho tomou conhecimento da comunicação em causa e deliberou no sentido da mesma ser transmitida à Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa e ao Senhor Magistrado em causa a fim de se pronunciarem sobre o assunto.